

O dia da moratória não deixou saudades

William Waack

Todos torciam para que ontem fosse um dia bem normal. A hora grave e histórica anunciada pelo presidente José Sarney a 20 de fevereiro reduziu-se ao vaticínio que o então professor de economia, Luís Carlos Bresser Pereira, atual ministro da Fazenda, pronunciava três dias depois: "É mais fácil fazer a moratória do que sair dela."

Obviamente existem diferentes versões narrando como foi o processo que levou à decisão de suspender por tempo indeterminado o pagamento dos juros da dívida externa. Alguns, como o ex-ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, contestam até a palavra decisão. "Supõe-se que você tem dois ou três cursos de ação, e decide seguir por um deles", comentou. "No caso, não existia outra saída."

O momento em que o Brasil teria de impor a moratória fora fixado pelo presidente Sarney como o uso de uma regra simples: quando as reservas cambiais brasileiras descessem ao nível de 6 bilhões de dólares. Se fosse assim, o país teria declarado a moratória com notável antecedência. Já em fins de outubro o governo estava sendo alertado para a rápida queima desses ativos.

"O presidente não foi avisado. Os caras escondiam isso dele", queixa-se, hoje, importante assessor de Sarney. "E tem mais: quando as reservas chegaram aos 5 bilhões, ele também não ficou sabendo. Foi alertado por um assessor do Planalto e mandou investigar discretamente. Assim é que se chegou à decisão da moratória. O presidente pediu ao Funaro que preparasse tudo".

O assessor que trouxe a notícia da queima das

reservas era o embaixador Rubens Ricúpero, o mesmo que alertara para o problema no final de outubro. Ele era também um dos mais preocupados em impedir que as decisões sobre a política econômica externa permanecessem nas mãos de um pequeno e até então poderoso grupo: os assessores do ministro Dilson Funaro.

Um dos integrantes dessa assessoria assegura que a hipótese da moratória era contemplada há muito tempo — como parte de uma ampla estratégia para reformular as relações econômicas no Brasil e obrigar o sistema financeiro internacional a modificar regras de renegociação que apenas protelavam a crise do endividamento, além de colocar carga excessiva sobre os ombros dos países endividados.

"Era a turma do Palácio que não sabia se teria o suficiente apoio popular, e nem se os partidos seguiriam na linha da moratória", diz essa fonte. "O interesse deles sempre era a prazo muito curto".

Momento difícil — Ocorreu, porém, num encontro entre representantes desses dois principais grupos, a 13 de janeiro, a decisão básica de se partir para a moratória, já então com o aval presidencial. É importante observar que isso coincide exatamente com o momento das difíceis negociações que representantes brasileiros levavam adiante com os governos credores reunidos no Clube de Paris, encerradas poucos dias depois com um acordo que, até agora, nenhuma das partes cumpriu (o Brasil não sabe se vai pagar os juros de empréstimos oficiais; os governos credores não reabriram as agências de crédito estatais).

"Como sempre o anúncio da moratória foi um perfeito desastre do ponto-de-vista da comunicação", desabafa um assessor presidencial. "Não precisaríamos ter convocado aquela reunião inútil do Conselho de

Segurança Nacional. Poderíamos ter tido mais tempo para preparar um bom pronunciamento, feito durante solene reunião dos ministros. O que saiu foi uma coisa improvisada, mal feita, que não teve nem um pouco da repercussão desejada".

No raciocínio do mesmo assessor faltou ainda outra perna importante: o anúncio simultâneo de medidas econômicas internas. Da mesma maneira que a moratória, o país passou longas semanas esperando uma definição em qualquer um dos campos nos quais a ação governamental poderia ser decisiva. A economia interna está à espera da definição política. Quanto à dívida externa, acabou ficando à espera de programas econômicos internos.

Ninguém, porém, se arrepende. Em parte, argumenta um ex-assessor de Funaro, não havia mesmo outra saída. Outros, como o ex-presidente do Banco Central, Francisco Gros, acham que a moratória acabou trazendo até algumas consequências benéficas, do ponto-de-vista da situação internacional brasileira, e valeria a pena fazê-la de novo, se fosse confrontado com momento semelhante. Gros lembra-se com preocupação apenas das longas e exaustivas reuniões, três dias antes do anúncio oficial, no qual sua intenção principal era segurar o grupo dos que queriam começar a moratória proibindo, também, as empresas multinacionais de efetuarem remessas de dividendos, além de proibir pagamentos de juros de empréstimos oficiais.

"No final, ganhamos três coisas", afirma Gros. "Desmistificaram-se todas as datas apocalípticas, como a dos vencimentos das linhas de curto prazo ou os 90 dias sem pagamento de juros nos EUA. Os governos dos países industrializados aceitaram nosso discurso de que o problema deve ser compartilhado por todos. E nós podemos negociar agora sem a mesma pressão".